



**PAUTA
PARA A 11ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

Projeto de lei nº 44, de 2018, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a instalação de fraldário nas praças de cobrança de pedágio e postos das rodovias do Estado.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 43, de 2018, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública o "Grupo de Orientação e Assistência a Saúde - GOAS", em Osasco.

3ª Sessão

Projeto de lei nº 42, de 2018, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Quiropraxista no Estado.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2018, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a instituir a equiparação salarial de todos os cargos e funções-atividades da Série de Classes de Pesquisador Científico.

2 - Projeto de lei nº 41, de 2018, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Divinolândia como Município de Interesse Turístico.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 3, de 2018, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Tribunal de Justiça a instituir o nível universitário ao cargo de Escrevente Técnico Judiciário.

2 - Projeto de lei nº 29, de 2018, de autoria do deputado Enio Tatto. Obriga os produtores de alimentos congelados a informar nas embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento, no âmbito do Estado.

3 - Projeto de lei nº 30, de 2018, de autoria do deputado Luiz Turco. Dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com graus de instrução iguais ou equivalentes, das empresas que contratarem com o Poder Público Estadual.

4 - Projeto de lei nº 31, de 2018, de autoria do deputado Feliciano Filho. Proíbe o embarque de animais vivos no transporte marítimo e/ou fluvial, com a finalidade de abate para o consumo, no Estado.

5 - Projeto de lei nº 32, de 2018, de autoria do deputado Ed Thomas. Declara de utilidade pública a "Sonho Nosso - Frente de Apoio Comunitário", em Nova Guataporanga.

6 - Projeto de lei nº 33, de 2018, de autoria do deputado Marcos Damasio. Torna obrigatório o uso de uniforme escolar padronizado nas escolas da rede pública.

7 - Projeto de lei nº 34, de 2018, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Torna obrigatória a fixação de cartaz em bares, restaurantes, mercados, lanchonetes, hotéis e congêneres, alertando para os perigos e danos decorrentes da ingestão de bebida alcoólica por gestante e o risco de desenvolvimento da Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), no Estado.

8 - Projeto de lei nº 35, de 2018, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival do Camarão", em Ubatuba.

9 - Projeto de lei nº 36, de 2018, de autoria do deputado Coronel Camilo. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do pagamento de pedágio aos veículos de propriedade dos policiais militares e policiais civis da ativa, nas rodovias do sistema estadual ou federal delegadas ao Estado.

10 - Projeto de lei nº 37, de 2018, de autoria do deputado Pedro Kaká. Autoriza o Poder Executivo a dispor na grade extracurricular o ensino do idioma chinês mandarim, no âmbito das escolas estaduais, no ensino médio.

11 - Projeto de lei nº 38, de 2018, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Igreja Evangélica Missão Presbiteriana Hermom", em Mogi das Cruzes.

12 - Projeto de lei nº 39, de 2018, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o "Dia Estadual do Auditor de Controle Externo".

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

Moção nº 115, de 2017, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 6299, de 2002, assim como os Projetos de Lei a ele apensados, sejam rejeitados, para impedir retrocessos na atual Legislação sobre Agrotóxicos.